

## Que falta fazer?

O Concílio do Vaticano II propôs-se fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar ao nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança e promover a união de todos os crentes em Cristo. Julgou, também, ser seu dever interessar-se, de modo especial, pela reforma da Liturgia (SC 1).

1. Depois de estabelecer os princípios gerais da renovação litúrgica e de tratar da natureza da Liturgia e da sua importância na vida da Igreja, considerou «absolutamente necessário» que se resolvesse, em *primeiro lugar*, o problema da *formação litúrgica do clero* — e estabeleceu que fossem convenientemente formados os professores de Liturgia nos Seminários, devendo, para isso, a Liturgia ser tida, nos Seminários e casas de estudo de religiosos, por uma das disciplinas necessárias e mais importantes, e, nas Faculdades de Teologia, como disciplina principal (SC 14, 15 e 16).

Há um consenso generalizado, no nosso País, sobre a falta de aplicação desta norma conciliar e sobre a deficiente formação litúrgica do clero saído dos nossos Institutos teológicos e da nossa Universidade Católica.

2. De entre as normas que derivam da natureza hierárquica e comunitária da Liturgia, sobressai aquela que especifica que, pertencendo a acção litúrgica a todo o Corpo da Igreja concretizado na assembleia, *se limite cada um*, ministro ou fiel, a *fazer tudo e só* o que é da sua competência.

Pois continua a ser frequente, nas celebrações com um padre a presidir ou com vários padres a concelebrarem, que os ministérios

pertencentes aos leigos sejam desempenhados só pelo ou pelos padres (SC 26-32).

3. A Constituição conciliar apresenta normas que derivam da natureza didáctica e pastoral da Liturgia, depois de afirmar que a Liturgia é «fonte abundante de instrução para o povo fiel». Entre estas normas, ocupa lugar cimeiro a leitura da Palavra de Deus, a pregação baseada na Escritura e na Liturgia, a catequese litúrgica e a celebração da Palavra de Deus nas vigílias das festas mais solenes e nos domingos e dias de festa.

Se a leitura da Palavra de Deus, que é obrigatória em todas as celebrações litúrgicas, se vai fazendo com maior ou menor cuidado — por vezes, é muito mal feita — a pregação, não raro, afasta-se da Escritura e da Liturgia e trata de temas que não têm a mínima ligação com as leituras que a assembleia acabou de escutar (SC 33-35).

4. A fim de desenvolver na Igreja a acção pastoral litúrgica, o Concílio determinou que se criasse uma *Comissão Litúrgica*, a nível da autoridade eclesiástica territorial competente (nacional ou interdiocesana), com especialistas em Liturgia, Música, Arte Sacra e Pastoral.

Deve também criar-se em cada diocese, uma Comissão de Liturgia para promover a pastoral litúrgica, além de Comissões de Música e Arte Sacra (SC 43-46).

Os participantes destes Encontros conhecem as suas dioceses melhor do que eu e podem, por isso, verificar facilmente se existem estas comissões diocesanas e se, existindo, funcionam com um mínimo de competência e eficácia.

5. Para que a Missa alcance plena eficácia pastoral, o Concílio determinou que o Ritual da Missa fosse revisto, de modo a manifestar melhor tanto a estrutura de cada uma das partes como a sua mútua conexão, a fim de facilitar a participação consciente, piedosa e activa dos fiéis.

Como se sabe, o Missal foi remodelado e a instrução geral que o antecede e explica, constitui uma riqueza inesgotável e uma ajuda preciosa, — mas ainda por descobrir e utilizar por boa parte do clero e dos leigos.

A edição portuguesa desta Instrução Geral, editada pelo nosso Secretariado em 1979, esgotou-se em poucos anos, é certo; isso, porém,

não nos torna optimistas a respeito da compreensão e vivência da celebração da Missa, que «é o centro de toda a vida cristã, tanto para a Igreja, quer universal quer local, como para cada um dos fiéis» (IGMR 1).

Embora reconheça que nem sempre se poderá conseguir a presença e a participação activa dos fiéis (IGMR 4), a Instrução parte do princípio de que a Missa é sempre um acto comunitário, mesmo quando não há assembleia e a participação se reduz apenas ao ajudante, e recomenda que «não se celebre sem a presença de um ministro, ou, ao menos, de um fiel a não ser por causa justa e razoável» (IGMR 211).

Ainda se continuam a verificar algumas preocupações pelos ritos que as novas normas estabelecem — em geral, com largas possibilidades de adaptação às circunstâncias e às assembleias concretas — mas já não se nota o mesmo cuidado pelo conhecimento das razões teológicas, das explicações litúrgicas e dos cristérios pastorais que os justificam e esclarecem.

6. Os Sacramentos da fé e os Sacramentais promanam do Mistério pascal e são ordenados para a santificação de todos os passos da vida dos fiéis.

O Concílio determinou que se fizesse a revisão dos rituais, adaptando-os às necessidades do nosso tempo. Os rituais foram aparecendo, enriquecidos com preliminares ou introduções de uma profundidade teológica e de uma oportunidade pastoral que os tornam fonte indispensável de estudo e reflexão.

Os rituais estão traduzidos e alguns deles vão na segunda edição. Falta publicar o Ritual da dedicação da igreja e do altar, embora a sua parte principal esteja traduzida em vernáculo e até seja usada com certa frequência nas bênçãos das igrejas e capelas.

O Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos é mesmo considerado pelos nossos Bispos na sua Mensagem ao Povo de Deus, por ocasião do aniversário da visita do Santo Padre, como «um dos livros litúrgicos mais importantes do pós-Concílio e talvez o que mais exige à acção pastoral em criatividade, empenhamento dos pastores e contribuição das comunidades».

Mas não basta que os rituais estejam traduzidos e editados para que se promova a pastoral litúrgica. São um instrumento necessário e indispensável, mas supõem a sua utilização correcta e oportuna.

É sabido que falta a revisão final do Missal Romano, sobretudo

o Missal de Altar. Haja ao menos a esperança de que, também aqui, se possa vir a verificar a frase evangélica de que «os últimos serão os primeiros».

7. Sobre o Ofício Divino, que «se destina a consagrar, pelo louvor de Deus, o curso diurno e nocturno do tempo», e que, quando rezado pelos fiéis juntamente com o sacerdote, é verdadeiramente a oração que Cristo, unido ao seu Corpo, eleva ao Pai — o Concílio ordenou que se fizesse a revisão da sua estrutura tradicional e a correspondência das «horas» aos seus respectivos tempos, tendo em conta as condições da vida de hoje.

Os participantes dos nossos Encontros nacionais sabem, por experiência, como é rica e interiorizante a oração da Igreja. Mas falta ainda que esta riqueza seja partilhada por todo o povo de Deus. As edições portuguesas da Liturgia das Horas têm-se esgotado em pouco tempo. A última versão integral está a acabar de se publicar em 4 volumes, mas a edição mais popular das «Laudes, Vésperas e Completas» encontra-se esgotada, tendo-se já iniciado, no entanto, a preparação de nova edição, que irá servir os cristãos e as comunidades religiosas de Angola e Portugal.

Há ainda uma grande distância a percorrer até que seja posta em prática a IGLH (21) quando diz: «as outras assembleias dos fiéis, entre as quais há a destacar as paróquias como células da diocese... celebrem as Horas principais, quanto possível, na igreja e em forma comunitária».

A redução das acções comunitárias dominicais à celebração exclusiva da Eucaristia muito contribui para que se torne impossível ou extremamente difícil a celebração das Horas e de outros actos de oração cristã cuja legitimidade ninguém pode negar.

8. Sobre o Ano Litúrgico, ao longo do qual a Igreja distribui todo o mistério de Cristo, desde a Incarnação e Natal à Ascensão, ao Pentecostes e à expectativa da vinda do Senhor (SC 102), o Concílio não deixa de referir expressamente a especial veneração nele prestada à Bem-aventurada Virgem Maria e também a veneração da memória dos Mártires e dos outros Santos, que cantam a Deus no Céu o louvor perfeito e intercedem por nós (SC 103/4).

No Ano Litúrgico, o Domingo é «o principal dia de festa» a propor aos fiéis e não deve, por isso, ser sacrificado a outras celebrações (SC 106).

Quem não vê, de imediato, o muito que falta fazer para que os cristãos compreendam assim o Ano Litúrgico, a começar pelo Domingo, que é o seu fundamento e o seu centro?

Quem não repara nos inconvenientes dos muitos domingos que as organizações internacionais mais respeitáveis dedicam à celebração de valores e de acontecimentos dignos de respeito, por certo, mas nem sempre de sentido cristão?

E, pior que isso — por ser mais estranho e contraditório — quem não lamenta que os domingos do Ano Litúrgico estejam a ser progressivamente absorvidos pelos objectivos que dias *mundiais* ou *diocesanos* *disto e daquilo* pretendem atingir, sem que haja o mínimo respeito pela Palavra de Deus e pela catequese que a Liturgia propõe para cada domingo? E que pensar das celebrações festivas das memórias de Santos que ainda se continuam a fazer nas solenidades do Natal, Páscoa e Pentecostes?

O Concílio recomenda os *actos de piedade* do povo cristão, mas determina que tais actos tenham em conta os tempos litúrgicos, se inspirem na Liturgia e a ela conduzam os fiéis (SC 13). Ao fim de 20 anos de reforma conciliar, que revisão se terá feito neste sentido?

A Constituição sobre a Liturgia diz textualmente, no n. 20: «Façam-se com discrição e dignidade, e sob a direcção de pessoa competente, para tal designada pelos Bispos, as transmissões radiofónicas ou televisivas das funções sagradas, especialmente da Missa».

Salvo raras e honrosas excepções, onde estão as pessoas competentes e *designadas* pelos Bispos, a presidirem às Missas dominicais ou outras transmitidas pela nossa Rádio e pela nossa Televisão?

E se das Missas passarmos a outras celebrações, o panorama não se alterará, de certo, substancialmente, mesmo que estas celebrações sejam difundidas pela nossa emissora católica Rádio - Renascença.

Por que não estará ainda institucionalizada, nos meios de comunicação mais importantes, a figura de um perito devidamente credenciado? <sup>(1)</sup>

9. Sobre a Música Sacra, esse «tesouro de inestimável valor», que constitui «parte necessária e integrante da Liturgia solene» (SC 112), muito haveria a dizer também, mas o programa deste Encontro prevê

---

(1) Por que não se procedeu ainda no nosso País ao estudo de um directório que defina critérios e oriente acções concretas, a nível nacional?

outro momento para se reflectir sobre ela. Aguardemos, pois. Não passo adiante sem reconhecer sentidamente a falta que nos fazem os Padres Manuel Luís e Manuel Faria. Se já não éramos ricos, ficámos muito mais pobres.

10. A Constituição sobre a Liturgia dedica o capítulo VII à Arte Sacra e considera-a como uma das mais nobres actividades do espírito humano (SC 122).

Ordena aos Ordinários de lugar que, para emitirem um juízo sobre as obras de arte, ouçam o parecer da Comissão de Arte Sacra e de outras pessoas particularmente competentes (126).

Participando numa comissão diocesana de Arte Sacra há mais de vinte anos, não me falta experiência para introduzir este assunto. Devo dizer, desde já, que, na Comissão Diocesana a que pertenço, sempre houve um architecto e um engenheiro, — nem se entenderia que fosse de outra forma.

A nível de Secretariado Nacional tem havido nos últimos anos uma preocupação séria e um esforço efectivo em ordem a pôr a funcionar uma Comissão Nacional de Arte Sacra, em ligação íntima com o Secretariado Nacional de Liturgia. Quando estava constituído o grupo e se esperava o início dos seus trabalhos, — cuja urgência ninguém, com certeza, desconhece, — o respectivo coordenador, P.<sup>o</sup> Albino Mamede Cleto, foi nomeado e ordenado Bispo Auxiliar de Lisboa. Voltou, pois, tudo à primeira forma, como é de supor.

Quanto à construção, restauro, ampliação ou conservação das nossas igrejas e capelas muito haveria a contar. Limito-me a reconhecer que a preocupação teológica e litúrgica maior do Concílio, que é o lugar primeiro dado ao Povo de Deus e à assembleia que o concretiza, ainda não tenha chegado aos projectistas e construtores das nossas igrejas, que continuam a dispor a assembleia como se ela só existisse para ver o que se passa no altar e ouvir o que se lê e se diz no ambão. As pessoas continuam a situar-se em espaços mais ou menos rectangulares e de costas umas para as outras, sem a mínima consciência comunitária.

Se o relevo do *altar* é procurado com maior ou menor acerto, já o mesmo não está a acontecer com o ambão, que não passa, em muitos casos, de uma vulgar e insignificante estante de música, colocada a um dos lados do altar sem preocupação pelo valor cimeiro da Palavra de Deus e pelas legítimas conveniências da assembleia cristã.

Mal situada também, como regra, a presidência, o sacrário, o grupo de cantores, o baptistério.

Quanto às *imagens*, que continuam a ser expostas legitimamente à veneração dos fiéis, diz, a Constituição (278) que deve haver o cuidado de não aumentar exageradamente o seu número e de as dispôr de modo a não distraírem os fiéis da celebração. E não poderá, segundo a Constituição, haver mais do que uma imagem do mesmo Santo. Ainda não há muito estive numa igreja paroquial, relativamente pequena, que ostentava nada menos que 20 imagens, 7 das quais dedicadas a Nossa Senhora, sendo duas destas sete em honra de N.ª S.ª de Fátima!...

Há igrejas e capelas modernas que «resolveram» o problema das imagens reduzindo-as a zero. A virtude não parece estar em nenhum destes extremos, naturalmente.

11. A Liturgia não se fecha em si mesma. Destina-se não só ao louvor de Deus mas também à formação e santificação das pessoas. E estas são influenciadas pelas condições de vida e pelas correntes culturais que dominam em cada época. Vivemos numa Europa em ritmo apressado de secularização. É manifesta a crise moral e religiosa do nosso Continente. As suas instituições políticas e sociais separaram-se do espírito cristão e servem valores que nem sempre respeitam o sentido humano da vida e da sociedade.

Uma reforma tão profunda e tão extensa como a do Vaticano II não se concretiza facilmente. Já o P. Botte dizia que era «uma ilusão perigosa pensar que basta à Igreja fazer uma mudança brusca para tornar-se, depois disso, uma comunidade de santos». (*Notitiae*, 202, p. 169)

Concluo esta breve introdução dando à pergunta *Que falta fazer?* a resposta dada por Mons. Virgílio Noé, Secretário da Secção do Culto Divino da Congregação dos Sacramentos:

Falta dar «o passo mais difícil e mais longo, porque dura toda a vida: é necessário entrar em profundidade na nova Liturgia, para depois fazer entrar o povo, criando nele a disponibilidade às novas formas, a fim de que possa viver o seu conteúdo íntima e intensamente» (*Notitiae*, n. 202, p. 269).

ANÍBAL RAMOS